## Nota para a Imprensa

28.01.2022





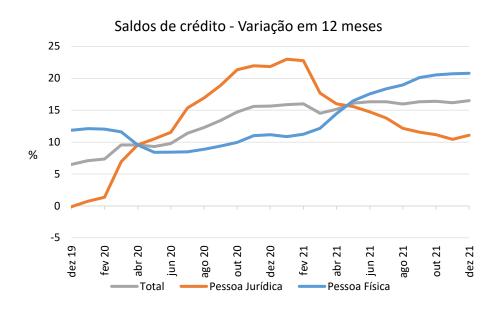
#### 1. Crédito ampliado ao setor não financeiro

Em 2021, o saldo do crédito ampliado ao setor não financeiro alcançou R\$13,6 trilhões (156,9% do PIB), aumento de 13,9% no ano, ante 16,8% em 2020, destacando-se os crescimentos dos empréstimos do sistema financeiro nacional (SFN), 16,3%, e dos títulos públicos, 10,6%. No mês de dezembro, o crédito ampliado ao setor não financeiro cresceu 1,7%, com os empréstimos e financiamentos e os títulos de dívida variando 1,8% e 2,4%, respectivamente.

O crédito ampliado às empresas atingiu R\$4,7 trilhões em 2021 (54,3% do PIB), com a expansão de 14,2% no ano representando desaceleração em relação a 2020 (18,7%). Contribuíram para essa desaceleração as variações dos empréstimos do SFN (21,6%, em 2020, e 11,6%, em 2021) e dos empréstimos externos (25,5% e 8,1%). O mercado de capitais privado contrabalançou, parcialmente, essa tendência, com aceleração de -0,5% em 2020 para 35,2% em 2021. Em dezembro, o crédito ampliado a empresas cresceu 1,5%, influenciado principalmente pelos aumentos de 2,6% nos empréstimos e financiamentos e de 3,1% nos títulos de dívida.

O crédito ampliado às famílias alcançou R\$2,9 trilhões (33,9% do PIB) em 2021, com sua taxa de crescimento no ano, 20,0% acelerando em relação à do ano anterior (10,8%). Em dezembro houve expansão de 1,6% no mês, em função da expansão dos empréstimos do SFN.

### 2. Operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN)



O volume de crédito do SFN alcançou R\$4,7 trilhões em 2021, aumento de 16,5% no acelerando ante ano, variação de 15,6% no ano anterior. crédito O empresas variou 11,1%, desaceleração ante 21,8% em 2020. O crédito às famílias cresceu 20,8%, acelerando ante 11,2% em 2020. Em dezembro, o crédito total variou 1,9% com aumentos de 2,3% na carteira de pessoas jurídicas e de 1,7% na carteira de pessoas físicas.

Em 2021, o crédito livre para pessoas jurídicas alcançou R\$1,3 trilhão, expansão de 18,3% no ano, desacelerando após um crescimento de 21,2% em 2020. Destacam-se os crescimentos nas modalidades de duplicatas e antecipação de faturas de cartão, conta garantida, aquisição de veículos e ACC. Destaquese, também, a redução na modalidade de capital de giro até 365 dias, compensada pelo fortalecimento da modalidade acima de 365 dias. Em dezembro houve expansão de 3,6% no crédito livre a empresas,

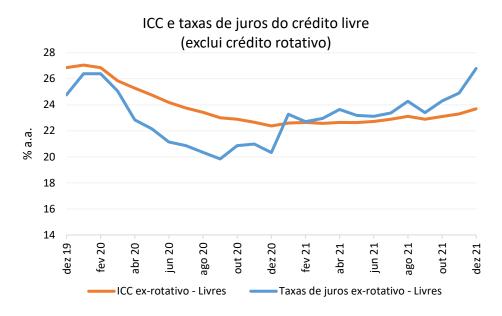


com destaque para desconto de duplicatas e recebíveis, antecipação de faturas de cartão, aquisição de veículos, aquisição de outros bens e financiamento a exportações.

O crédito livre às famílias atingiu R\$ 1,5 trilhão, apresentando aceleração ao crescer 22,8% em 2021, após crescimento de 10,8% em 2020. Destacam-se a expansão das modalidades crédito pessoal, aquisição de veículos e operações com cartão de crédito. Em dezembro, houve expansão de 1,9%, com destaque para as mesmas modalidades.

Em 2021, o crédito direcionado atingiu R\$ 1,9 trilhão, elevação de 10,8% no ano, desacelerando após crescimento de 15,9% em 2020. O comportamento foi bastante desigual entre pessoas jurídicas e físicas: enquanto as primeiras apresentaram retração de 0,3% no ano (após expansão de 22,8% em 2020), as famílias apresentaram crescimento de 18,4% (após alta de 11,7% no ano anterior). No mês, o crédito direcionado variou 0,9%, com crescimento de 1,4% para pessoas físicas e estabilidade para empresas.

As concessões de crédito acumuladas no ano cresceram 19,0% em 2021, ante 5,3% no ano anterior. As contratações com empresas cresceram 15,1% no ano (10,9% em 2020) e as com pessoas físicas avançaram 22,6% em 2021 (de 0,6% em 2020). Em dezembro, as concessões somaram R\$497 bilhões, apresentando retração dessazonalizada de 12,1%, com quedas tanto em pessoas jurídicas, -6,6%, quanto nas pessoas físicas, 9,3%.



O Indicador de Custo do Crédito (ICC), que mede o custo médio de todo o crédito do SFN, atingiu 18,4% a.a., elevando-se 0,1 p.p. no mês e 1,6 p.p. no ano. No crédito livre não rotativo, o ICC situou-se em 24,3% a.a., variações de 0,2 p.p. em dezembro e de 1,9 p.p. em 2021. O spread geral do ICC permaneceu estável no mês, p.p., 12,4 0 que representou elevação interanual de 0,5 p.p.

A taxa média de juros das contratações finalizou o ano de 2021 em 24,4% a.a., elevação de 6,0 p.p. após redução de 4,2 p.p. em 2020. O *spread* geral das taxas de juros das concessões situou-se em 15,8 p.p., aumento de 1,4 p.p. em 2021 após redução de 3,4 p.p. em 2020. No mês, os indicadores cresceram 0,4 p.p. e 0,5 p.p., respectivamente.

No crédito livre, a taxa de juros atingiu 33,9% a.a. em dezembro de 2021, elevação de 8,4 p.p. no ano. No crédito livre às empresas, a taxa média de juros situou-se em 20,0% a.a., aumento de 8,4 p.p. no ano, destacando-se elevações em capital de giro de longo prazo (+9,1 p.p.), desconto de duplicatas e recebíveis



(+6,3 p.p.), financiamento a exportações (+7,7 p.p.) e aquisição de veículos (+6,8 p.p.). No crédito livre a pessoas físicas, a taxa de juros alcançou 45,1% a.a., elevação de 7,9 p.p. no ano, com destaque para o aumento em crédito pessoal não consignado (+10,8 p.p.) e aquisição de veículos (+7,6 p.p.).

A inadimplência do crédito geral atingiu 2,3% em dezembro, muito próximo ao menor valor da série observado ao final de 2020 (2,1%). No crédito livre, esse indicador aumentou 0,2 p.p. em 2021, encerrando o ano em 3,1%, enquanto nas operações direcionadas houve estabilidade (+0,1 p.p.) em 2021, finalizando em 1,2%.

#### 3. Agregados monetários

Em 2021, a base monetária alcançou R\$409,2 bilhões, representando decréscimos de 1% no mês e de 5,2% no ano. No mês, o papel-moeda emitido elevou-se 2,7% e as reservas bancárias reduziram 15,5%.

Entre os fluxos mensais dos fatores condicionantes da base monetária, apresentaram impactos contracionistas as operações do Tesouro Nacional (R\$42,9 bilhões) e as do setor externo (R\$35 bilhões). No sentido expansionista, operações com títulos públicos federais (R\$76 bilhões, compostas por colocações líquidas de R\$61,8 bilhões no mercado primário e compras líquidas de R\$137,8 bilhões no mercado secundário), com derivativos (R\$4 bilhões), as operações de Redesconto e Linhas de Liquidez (R\$4,8 bilhões) e os depósitos de instituições financeiras (R\$0,2 bilhões, com recolhimentos de recursos de depósitos a prazo, R\$2,6 bilhões, e de poupança, R\$0,6 bilhões, e a liberação de depósitos voluntários a prazo, R\$3,2 bilhões).

Os meios de pagamento restritos (M1) atingiram R\$632,6 bilhões em 2021. Em dezembro houve elevação de 5,4%, resultante do crescimento dos depósitos à vista e do papel-moeda em poder do público, 6,2% e 4,5%, respectivamente. Considerando-se dados dessazonalizados, o M1 recuou 1,3% no mês.

Em 2021, o M2 totalizou R\$4,3 trilhões, após aumento de 3,4% em dezembro. O saldo dos depósitos de poupança cresceu 1,0%, somando R\$1,0 trilhão, após captações líquidas de R\$7,7 bilhões. O saldo dos títulos emitidos por instituições financeiras avançou 3,8% no mês, totalizando R\$2,6 trilhões, com captações líquidas de R\$61,1 bilhões nos depósitos a prazo. O M3 alcançou R\$8,8 trilhões em 2021, variando 1,5% em dezembro, refletindo o crescimento no saldo de operações compromissadas, mas essencialmente alavancado pelo aumento observado no M2. No mês, o saldo das quotas de fundos do mercado monetário recuou 0,8%, totalizando R\$4,2 trilhões. O M4 encerrou 2021 com saldo de R\$9,5 trilhões, variando 1,4% em dezembro e 12,9% no ano.

#### 4. Concessões ajustadas sazonalmente

Concessões dessazonalizadas

Variação %

Período	Livre			Direcionado			Total		
	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total
No mês	2,3	-9,9	-8,6	-13,2	-7,1	-5,4	-6,6	-9,3	-12,1
No trimestre	7,6	1,5	3,0	-48,7	-5,1	-22,1	2,1	0,0	0,5



#### 5. Revisão das estatísticas de crédito

De acordo com a Política de Revisão das Estatísticas Econômicas Oficiais Compiladas pelo Departamento de Estatísticas (DSTAT) do Banco Central do Brasil, de outubro de 2019, as estatísticas de crédito sofrem revisão ordinária anual nos meses de fevereiro. Essas revisões visam, principalmente, o aprimoramento da consistência entre os diferentes documentos remetidos pelas instituições financeiras ao Banco Central, a retificação de informações anteriormente enviadas e a revisão de séries históricas.

Na revisão das estatísticas que serão divulgadas em fevereiro de 2022 destacam-se:

- i) **Crédito por setor de atividade econômica:** revisão da alocação entre setores, especialmente operações de recebíveis relacionados a operações de cartões de crédito; e
- ii) **Crédito ampliado dívida externa:** seguindo a metodologia internacional (parágrafo 2.39 do *Monetary and Financial Statistics Manual and Compilation Guide*, MFSM 2016), a taxa de câmbio utilizada para conversão das posições em dólar passará a ser calculada pela média entre a taxa de fim de período da compra e da venda.

A divulgação antecipada do calendário das revisões estatísticas faz parte da necessária transparência do processo de disseminação das estatísticas e segue as melhores práticas internacionais.